

# MEMORIAL DA EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL E HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DE BELÉM DO PARÁ

*Data de aceite: 03/06/2024*

### **Joaquina Ianca Miranda**

Universidade Federal do Pará - UFPA  
<http://lattes.cnpq.br/2630702666978240>

### **Alberto Damasceno**

Universidade Federal do Pará - UFPA  
<http://lattes.cnpq.br/6324178073896482>

**RESUMO:** O trabalho é resultado de um projeto de Extensão realizado na Universidade Federal do Pará e trata da História de Instituições Educativas do Pará. Esta iniciativa foi baseada na ação interdisciplinar entre Arquitetura, História e Educação, com vistas ao atendimento de uma demanda histórico-social com as comunidades escolares, especialmente da Educação Básica, a falta de conhecimento sobre a história de patrimônios históricos educativos, em especial, os prédios escolares. O objetivo geral foi levantar documentações disponíveis sobre a história de prédios escolares paraenses e, a partir desta documentação, explanar sobre a história destas instituições educativas. Desta forma, foi possível desenvolver brevemente a história de escolas que fazem parte da história paraense até os tempos atuais e que conservam elementos de sua

arquitetura original, sendo elas: Colégio Estadual Paes de Carvalho, Colégio Gentil Bittencourt; Instituto Lauro Sodré e Instituto de Educação do Estado do Pará. Como procedimento metodológico realizamos um levantamento documental sobre a história das referidas instituições educativas, no Arquivo Público do Estado, no Setor de Obras Raras da Biblioteca do Estado e nas Hemerotecas Digitais da Biblioteca Arthur Vianna e Biblioteca Nacional. Que subsidiou a produção dos textos sobre a história desta instituição. Concluímos que a pesquisa colabora para o fortalecimento da proteção e valorização desses patrimônios.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Instituições Educativas Paraense. Instituto Lauro Sodré. Colégio Estadual Paes de Carvalho. Colégio Gentil Bittencourt. Instituto de Educação do Estado do Pará.

**ABSTRACT:** This work is the result of an Extension project carried out at the Federal University of Pará and deals with the History of Educational Institutions in Pará. This initiative was based on interdisciplinary action between Architecture, History, and Education, aiming to meet a historical-social demand within school communities, especially in Basic Education, due to the

lack of knowledge about the history of educational heritage, particularly school buildings. The general objective was to gather available documentation on the history of Pará school buildings and, based on this documentation, to discuss the history of these educational institutions. Thus, it was possible to briefly develop the history of schools that are part of Paraense history up to the present day and that preserve elements of their original architecture, namely: Paes de Carvalho State School, Gentil Bittencourt School; Lauro Sodré Institute, and the State Institute of Education of Pará. As a methodological procedure, we carried out a documentary survey on the history of these educational institutions, at the Public Archive of the State, in the Rare Works Section of the State Library, and in the Digital Newspaper Libraries of the Arthur Vianna Library and the National Library, which supported the production of texts on the history of these institutions. We conclude that the research contributes to strengthening the protection and valorization of these heritages.

**KEYWORDS:** History of Paraense Educational Institutions. Lauro Sodré Institute. Paes de Carvalho State School. Gentil Bittencourt School. State Institute of Education of Pará.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi resultado de um projeto de extensão financiado pela Universidade Federal do Pará, que buscou promover a divulgação e comunicação de informações referentes à história de instituições educativas do Pará. Esta iniciativa extensionista se fundamentou na ação interdisciplinar entre Arquitetura, História e Educação, com vistas ao atendimento de uma demanda junto às comunidades escolares, especialmente da Educação Básica, e a discussão sobre o patrimônio histórico visando a conservação da memória educacional e arquitetônica do estado.

Nossa intenção foi possibilitar a integração da Universidade, particularmente da equipe do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM) do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), com comunidades e instituições educacionais, produzindo e divulgando informações que pudessem contribuir para o conhecimento da história de instituições educacionais e de seus espaços arquitetônicos pela comunidade, com o escopo de estimular e fortalecer a proteção desses patrimônios, viabilizando uma relação integradora e transformadora entre a universidade e sociedade.

Tendo em mente que a Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, compreende a definição de patrimônio como sendo os direitos culturais, os bens materiais e imateriais. É notável que, por vezes, as escolas públicas são apresentadas em total abandono e são vítimas de vandalismo e depredação por parte do alunado, que ainda não tem a consciência de que a escola se constitui um patrimônio público e histórico que deve ser preservado por todos os cidadãos, e, por vezes, esses alunos não se reconhecem nesse papel, por não terem desenvolvido uma consciência cívica. De acordo com Silva (2018, p. 132) “entende-se que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são mescladas no processo de apropriação e territorialização do espaço”, esses processos são primordiais para a conservação do ambiente e patrimônio escolar, e conhecer a história deste espaço se constitui pilar para que ocorra essa conscientização.

## LEVANTAMENTO DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS PARAENSES

Nesta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, documental e fotográfico acerca da temática da memória, arquitetura e história de escolas que fazem parte da história educacional paraense até os tempos atuais, e que conservam parte de sua arquitetura original, sendo elas: Colégio Estadual Paes de Carvalho, Colégio Gentil Bittencourt, Instituto de Educação do Estado do Pará e o Instituto Lauro Sodré. Além das bibliografias que tratam da história destas instituições, foi primordial a identificação de fontes documentais que tratassem da sua história.

Desta forma, durante a realização do Projeto “Memorial da educação: história e arquitetura escolar em Belém”, de agosto de 2021 a agosto de 2022, foi realizada a coleta de documentos históricos sobre as instituições escolares delimitadas, no Arquivo Público do Estado, no Setor de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna e nas Hemerotecas Digitais da Biblioteca Arthur Vianna e Biblioteca Nacional.

Em relação a história do Colégio Estadual Paes de Carvalho, foram encontrados: a lei n. 97, de 28 de junho de 1841, que integra a Coleção das leis da Província do Grão-Pará 1839-1889, no Arquivo Público do Estado do Pará; o decreto nº 959 de 09 de Fevereiro de 1901, disponível no Arquivo Público do Pará na seção de actos e decisões de Belém, que tratou da renomeação em homenagem a Paes de Carvalho; o decreto nº 4.244 de 09 de Abril de 1942, da Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará do Arquivo Público do Pará, na qual a instituição recebeu sua última e atual denominação Colégio Estadual Paes de Carvalho; e o relatório sobre a Instrução Pública do Estado do Pará: Relatório de 1890 de José Veríssimo, disponível na biblioteca Arthur Vianna.

Os documentos que tratavam da história do Colégio Estadual Gentil Bittencourt, foram: a mensagem sobre a administração do Dr. Lauro Sodré, disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, e que explana sobre a reforma do prédio da instituição, explorando seus detalhes arquitetônicos e mencionando sua história; o decreto nº 414 de Fevereiro de 1897 da Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará do Arquivo Público do Pará, que renomeou o Colégio do Amparo como Instituto Gentil Bittencourt; a lei nº 86 de Fevereiro de 1893, que Autorizou o Governador do Estado a mandar levantar as edificações necessárias para a remoção do Colégio do Amparo da Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará, Arquivo Público do Pará; a mensagem dirigida em 7 de setembro de 1905 ao Palácio do Governo do Estado, disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que trata da reforma do prédio e seus responsáveis; o relatório da Instrução Pública do Estado do Pará: Relatório de 1890 de José Veríssimo; e a monografia sobre o Instituto Gentil Bittencourt: o esboço histórico, de Arthur Vianna, que está disponível no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Em relação ao Instituto de Educação do Estado do Pará, as seguintes fontes foram identificadas: o relatório da Instrução Pública do Estado do Pará: Relatório de 1890 de José Veríssimo; a lei n. 669 13 de abril de 1871 da Coleção das leis da Província do Grão-Pará de 1839-1889 do Arquivo Público do Estado do Pará, que cria a instituição; a lei n. 757 de 19 de dezembro de 1872 da Coleção das leis da Província do Grão-Pará de 1839-1889 do Arquivo Público do Estado do Pará; o decreto nº 29 de 04 de Fevereiro de 1890 da Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará do Arquivo Público do Pará, que recria a Escola Normal; e a mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré para o Congresso do Estado do Pará em 1º de Fevereiro de 1893, disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

No que tange a história do Instituto Lauro Sodré, mapeamos as seguintes fontes documentais: a monographia do Instituto Lauro Sodré de 1904, disponível no setor de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna; fotografias no Album de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902 e no Álbum do Estado do Pará de 1901 a 1909, disponíveis na hemeroteca da biblioteca Arthur Vianna; o relatório de Instrução Pública do Estado do Pará: Relatório 1890 de José Veríssimo; o decreto 7566/1909 de implantação, instituído por meio do decreto 9070 em 25 de outubro de 1911, que regulamentou as escolas de artífices, disponível na biblioteca Arthur Vianna; o decreto nº 414 de 1º de fevereiro de 1897, que renomeou o instituto e a lei nº 660 de 31 de Outubro de 1870, de criação, disponíveis na Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará do Arquivo Público do Pará.

## **BREVE HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS PARAENSES**

### **De Recolhimento de Educandas à Colégio Gentil Bittencourt**

Esta instituição educativa têm seus primórdios ainda no período colonial. Fundada em 10 de Junho de 1804 pelo Frei D. Manoel de Almeida Carvalho, sob nomeação de “Recolhimento de Educandas” e mantido por doações e um parco rendimento para o aluguel da casa, passou a receber auxílio governamental, embora irrisório, apenas no período imperial, sendo instituído por assembleia legislativa nas despesas governamentais apenas em 1839 (VIANNA, 1906). “Durante o século XIX, o Recolhimento das Educandas conheceu várias reformas propostas por homens públicos à frente do governo da província paraense” (NETO, 2015, p. 99), dentre elas a do governo do presidente da província Dr. João Antonio de Miranda, em que os recolhimentos foram transferidos para uma casa maior e teve seu primeiro regulamento, baixado pela portaria de 30 de Maio de 1840 (VIANNA, 1906; NETO, 2015).

Em 1851, através de ato legislativo, na presidência de Fausto Augusto de Aguiar, o governo passa a ter total responsabilidade pela manutenção do asilo, e o renomeia “Collegio de Nossa Senhora do Amparo”, tendo por fim o recolhimento e educação de meninas órfãs (VIANNA, 1906).

De acordo com Pinheiro, Alves e Costa (2018, p. 356), esta instituição educativa era composta por

[...] meninas pobres e/ou órfãs, brancas, pardas, mestiças e caboclas e oriundas de diferentes regiões do Pará. O foco era acolher meninas tidas como desvalidas, mas também era permitida a entrada de certo número de internas que não fossem órfãs. As meninas que ali residiam vivenciavam uma rotina rígida, fortemente vigiada pelos empregados do estabelecimento, composta de estudos e tarefas, que evitava que estas ficassem ociosas. Tal organização pedagógica era considerada um meio para a formação de boas mães e esposas, tornando-se, assim, um caminho para que as moças tivessem um destino moralmente aceitável, em oposição, a uma vida moralmente desregrada.

A história desse colégio é marcada por precariedades e parcas reformas governamentais, pois

Com o aumento progressivo do número de educandas, a situação agravou-se de modo lastimável e constituiu um thema obrigado dos relatórios dos administradores aos presidentes e d'estes á assembléa provincial. A assumpto perdurou por longos annos antes que o governo de decidisse a construir um edificio proprio para o collegio (VIANNA, 1906).

Esta fala de fato resume o processo que a instituição passou até ser remanejada para edifício próprio. Transitou por diversas alocações impróprias e reformas que pouco melhoraram as condições estruturais e de qualidade de ensino, permanecendo nos discursos e relatórios provinciais e republicanos como demanda necessária (VIANNA, 1906), tanto no império como na década inicial da primeira república (COSTA; FRAIHA, 2020).

Durante o período provincial, chegou a ser adquirido um prédio em construção para sua alocação, tendo o Governo adaptado e concluído o mesmo para esta instituição de ensino em 1867, o que sanou os problemas físicos por um tempo curto, sendo o mesmo, novamente, objeto de consecutivas reformas que pouco sanaram os problemas do colégio (VIANNA, 1906).

Com o início da república, José Veríssimo resumiu o estado desta instituição:

fosse dos que se contentam com o nome e não indaga até que ponto as instituições servem ao seu destino, não hesitaria em dizer que não sei si há no Brasil, ao menos nos Estados, uma semelhante: um estabelecimento que gratuitamente asyla, instrue e educa, dotando mesmo algumas, mais de duzentas órfãs indigentes. É sem duvida bello e glorioso para nós. Mas quão longe está aaparência da realidade! [...] mas não instrue, nem sobretudo as educa. Não seria exagero dizer que em rigor limita-se a hospital-as. (VERÍSSIMO, 1891, p. 168-169).

Foi através da Lei nº 86 de Fevereiro de 1893, primeiros anos no regime republicano, que o Estado foi autorizado a mandar levantar as edificações necessárias para a remoção do Colégio para prédio próprio. No entanto, as obras só foram iniciadas em 21 de Abril de

1894 e perdurou até finais da década de 90 com a promessa de que “[...] com as condições de esthetica que deve apresentar, será um dos [edifícios] mais bellos da capital” (PARÁ, 1897a, p. 30).

Neste período é renomeado “Instituto Gentil Bittencourt”, através do Decreto nº 414 de 1º de Fevereiro de 1897. De acordo com este documento, esta homenagem foi prestada pela importância política desta figura pública que serviria de exemplo para a educação física do povo, pois, essas homenagens na nomeação ou renomeação de instituições públicas se justificavam na “[...] gratidão publica pelos relevantes serviços que prestaram e pelo critério patriótico que revelaram [...]” (PARÁ, 1897b).

Têm seu prédio inaugurado apenas em 1906, após um período conturbado de reformas que levaram mais de uma década. Ainda em 1893, teve sua planta projetada e confeccionada pelo engenheiro civil Victor Maria da Silva, no entanto, inicia as obras em 1894, sob responsabilidade do engenheiro Bento Miranda e do arquiteto José de Castro Figueiredo, que foram suspensas em 1896, por ordem do então governador Paes de Carvalho, alegando falta de verbas para tal construção (VIANNA, 1906).

Em 1903, o governador Augusto Montenegro retomou as obras sob o projeto de construção do Dr. Octaviano Pinto e do arquiteto Victor Dérbes, que rescindiu o contrato e teve proposta substituída pela do Dr. Filinto Santoro (PARÁ, 1905), arquiteto italiano que a concluiu em 1906, ano de sua inauguração, sob a fiscalização do engenheiro Dr. Lucas de Barros (VIANNA, 1906). Desde então, o prédio se localiza na atual Av. Magalhães Barata, nº 137, do Bairro de Nazaré, num monumental edifício que permanece com as suas características arquitetônicas, mesmo depois de ter passado por reformas mais atuais. Continua funcionando como instituição educativa, embora, em 1972 tenha deixado de ser exclusivo para mulheres e passado a ser misto, atualmente é denominado Colégio Gentil Bittencourt.

## De Lyceu Paraense a Colégio Estadual Paes de Carvalho

Instituição de ensino marcada pela formação de ilustres figuras públicas paraenses (GASPAR; BORGES; CHAQUIAM, 2010; OLIVEIRA, 2015), como Lauro Sodré, Justo Chermont e Gaspar Viana, teve sua história iniciada ainda no período imperial e segue até os tempos atuais. Instituído pela Lei n. 97, de 28 de junho de 1841, que trata da Instrução Pública Primária e Secundária da Província do Grão-Pará, a qual sancionou, sob autoridade do então governante Bernardino Antônio da Silva, que:

Art. 8º. A Instrução Secundária será ensinada em Lycêos e compreenderá dois cursos, um de Humanidades e outro de Comércio. [...]

Art. 11º. Haverá um só Lycêo que terá a sua sede na Capital, com denominação de Lycêo Paraense e permanecerá enquanto for conveniente.

Iniciou, então, como primeira instituição pública de ensino secundário no Pará, sob a denominação de “Lycêo Paraense”. Seu nome foi alterado conforme os marcos regulatórios, projetos educacionais e contextos políticos em que se encontrava, no entanto, permanece até a contemporaneidade como Instituição Educativa sob a nomenclatura Colégio Estadual Paes de Carvalho.

Em relação a sua instalação predial,

as primeiras instalações do Liceu Paraense foram na antiga avenida Independência, no prédio de no 26, do Largo do Palácio, atual praça D. Pedro II, posteriormente transferido para a Travessa do Passinho, hoje, Campus Sales, depois a Rua Nova de Santana, atual Manoel Barata e, por volta de 1862, passaria para o Convento do Carmo e, finalmente, após trinta anos de sua criação, em 1871 ficou instalado em edifício próprio, no Largo do Quartel, onde hoje é Praça Saldanha Marinho (GASPAR; BORGES; CHAQUIAM, 2010, p. 151).

Enquanto Liceu Paraense e ainda sem prédio próprio, foi equiparado ao Colégio Pedro II e ocupou o lugar de “colégio padrão” do cenário paraense da época, sendo referência tanto na qualidade do ensino como na afirmação de sua tradição no contexto local e nacional (OLIVEIRA, 2015).

Sob a denominação de Colégio Paraense, que é modificada em 1855 e assim permanece até os meses iniciais de 1901 (GASPAR; BORGES; CHAQUIAM, 2010) é instalada, em 1971, em prédio próprio e definitivo, no qual permanece até o presente. Este marco foi de fundamental importância para a instituição, pois a mesma “passou a gozar de diversas reformas que atendiam diretamente aos alunos e o credenciamento da instituição como ascensão da instrução dos paraenses” (GASPAR; BORGES; CHAQUIAM, 2010, p. 154).

No entanto, encontramos no relatório de José Veríssimo um breve retrato da situação em que este prédio estava no final do período imperial:

as paredes cobertas de pinturas infames, de escriptos indecentes, de desenho immoraes, e o desrespeito traduzindo-se por todos os modos em vaias e assuadas, em actos de grosseria, os alumnos não cumprimentarem siquer os lentes e superiores de chapeó na cabeça e cigarro na boca, certamente faria de nós o mais triste e deshonoroso conceito. Não era possível que um regimen que se inaugurava com um intuito regenerador como o republicano, deixasse por mais tempo continuar n’esse estado o estabelecimento principal de instrução publica do Estado (VERÍSSIMO, 1890, p. 135-136).

Logo, com a implantação da República no Estado do Pará e sobre o governo de Augusto Montenegro, o Colégio Paraense precisou passar por modificações e reformas que foram coroadas com a renomeação da instituição para “Gymnasio Paes de Carvalho” através Decreto nº 959 de 09 de Fevereiro de 1901. Nome que homenageou o médico e ex-governador republicano do Estado e fez referência ao Colégio D. Pedro I, que havia sido renomeado para Ginásio Nacional, perpetuando a relação de equiparação entre essas instituições educativas. Iniciava-se um período de nova inculcação de valores e novo projeto educacional para esta instituição (ARAÚJO; ROCHA, 2016).

Neste recorte temporal, esta instituição foi o lócus de formação da elite paraense e teve um período de ascensão e visibilidade (GASPAR; BORGES; CHAQUIAM, 2010), embora fosse marcada pelas relações estreitas com a política da época e “falta de sincronia, no que se refere a implantação de reformas, entre o estabelecimento de ensino modelo e o estabelecimento de ensino da capital paraense”, que refletia em atrasos na educação do Estado (ARAÚJO; ROCHA, 2016, p. 69).

Em decorrência da Revolução de 1930 e a ascensão do governo de Vargas, uma nova transformação no ensino foi necessária e sua denominação foi alterada novamente para marcar esta quebra com o modelo educacional do período anterior, passando a ser chamado de “Ginásio Paraense”. As reformas educacionais para esta instituição evidenciaram aspectos elitistas, centralizadores e conservadores que caracterizavam o novo regime, mas manteve por 09 de Abril de 1942, pelo decreto nº 4.244, recebe sua última e atual denominação Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC) objetivo a educação para a elite sob os pressupostos da cultura geral, humanista e científica que acompanhava as transformações no ensino secundário de âmbito nacional em equiparação ao Colégio Pedro II (SILVA; CASTRO, 2021).

No dia e reinstaura, então, a homenagem à figura pública José Paes de Carvalho. Durante toda sua história, a instituição acompanhou “[...] a realidade educacional brasileira até mesmo durante o período de expansão do ensino secundário, compreendido entre as décadas de 1940 e 1960” (SILVA; CASTRO, 2021, p. 18).

Com seus mais de 180 anos de história, seu prédio foi totalmente reconstruído em 1967, mas ainda guarda linhas arquitetônicas do prédio original (GASPAR; BORGES; CHAQUIAM, 2010). A reforma mais recente é de 2019 e ainda mantém em sua essência o estilo neoclássico com predominância de arcos e colunas do período imperial e se constitui símbolo do Patrimônio Cultural do Pará.

## **De Escola Normal a Instituto de Educação do Estado do Pará**

Embora anunciada desde 1839 (JUNIOR, 2012), esta instituição foi fundada e passa a funcionar pela primeira vez em 1871, com a Lei nº 669 de 13 de abril do mesmo ano, sob o nome de Escola Normal, no governo de Joaquim Pires Portella, e extinta um ano depois pela lei nº 757, de 19 de dezembro de 1872, garantindo a continuidade apenas aos alunos já matriculados. Apresenta uma história marcada por extinção e recriação durante todo o período imperial.

De acordo com Júnior (2012, p. 12), após sua criação “[...] foi extinto logo no ano seguinte, recriado em 1874, anexado ao Liceu em 1885 [...]” e apenas com a ascensão da República ganha “[...] um prédio próprio em 1893, passando a ser prestigiada pelas autoridades e sofrendo significativo aumento nas matrículas, principalmente por parte das mulheres”.



Segundo o Decreto nº 29 de 04 de Fevereiro de 1890, que recria a Escola Normal:

[...] considerando que a preparação dos mestres acha-se reconhecida por toda parte como condição essencial de toda boa educação popular que a história da instrução considera incapaz todo o sistema de ensino publico, que não estabeleça pelo menos uma Escola Normal para a instrução de todos os mestres empregados, que ensine a ensinar e eduque o método de educar, - e como primeira medida do plano geral da reforma e reorganização do ensino publico d'este Estado, resolve decretar:

Art. 1º - São criadas n'esta capital duas Escolas Normais para o ensino primário, sendo uma para professores e outra para professoras.

Sem prédio próprio, funcionava desde o período imperial, e assim segue no início da República, no interior do Liceu Paraense, instituição de ensino secundário do Pará, e no Colégio Nossa Senhora do Amparo, escola de acolhimento de meninas orfãs, havendo um desmembramento entre discentes do sexo masculino e feminino, ensinados separadamente nas respectivas escolas (LOBATO, 2010). De acordo com (p. 62):

A trajetória histórica dos espaços físicos da escola se inicia desde “o rez do chão” quando a mensagem do general Barão de Maracajú (1883) denunciava a precariedade dos espaços de funcionamento da escola normal: “funciona em uma sala ao rez do chão do edifício em que trabalha a assembleia provincial, o lyceo, **a escola normal**” (PARÁ, 1883, p. 98, grifos nossos). A expressão “rez do chão”, que significa rente ao chão, utilizada pelo autor também demonstra que o funcionamento do curso normal nesse período, provavelmente era no andar térreo da Assembleia Provincial e se fazia de forma precária, sem prédio próprio ou estrutura específica.

Nos anos finais do período imperial, esta instituição foi anexa ao Liceu, com carência de materiais e em situação que, de acordo com Paulino Brito, equivalia a sua extinção (VERÍSSIMO, 1890). José Veríssimo (1890, p VIII), destaca em seu relatório a situação das instituições públicas em 1890, dentre elas a Escola Normal:

O professorado desrespeitado nos seus direitos, esquecido nos seus deveres, pouco habilitado, a escola desorganizada, sem móveis nem material de ensino, inapta para executar qualquer programma, os estabelecimentos de ensino público em plena decadência material e moral, de modo a não soffrerem sequer comparação com o do ensino particular, os serviços administrativos em atraso, desorganizados, insufficientes, e viciados com copias de práticas menos regulares.

No entanto, com a ascensão da República, “a escola se tornava palco para o desenvolvimento e fortalecimento dos ideais republicanos, a modelagem de corpos e mentes para um ideal civilizatório e disciplinador, crucial para a hegemonia dos novos grupos sociais (JÚNIOR; SOUZA, 2015, p. 158)”.

Neste período, as obras do prédio próprio desta instituição foram retomadas, nos fundos do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, entregue em 1893 no governo de Lauro Sodré, em estilo neoclássico, e foi ampliado em 1903 na gestão de Augusto Montenegro (JÚNIOR, 2012). Sobre a entrega do prédio, Lauro Sodré declarou:

Está concluído o edifício destinado à Escola Normal, que n'elle funcionará durante todo o ano corrente, ficando assim remediada uma urgente necessidade, reclamada pelo desenvolvimento dado a este utilíssimo estabelecimento de instrução pública, pois não permitia a falta de espaço, que fossem inauguradas as escolas modelos, tão essenciais para a completa formação dos professores (PARÁ, 1893, p. 21).

Em relação a esta edificação, a mesma “[...] ainda se encontra em bom estado de conservação, onde atualmente funciona a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJDUH). Embora o prédio tenha passado por reformas ao longo dos anos, ainda assim, alguns elementos permanecem ainda hoje” (GUTIERRES, 2021, p. 74). No entanto, devido a alta demanda de matrículas, a Escola Normal foi transferida para o antigo prédio da edição do Jornal “A Província do Pará”, próximo a praça Batista Campos e junto a Praça da República e ao Teatro da Paz (JÚNIOR, 2012). Segundo Lobato (2010), no segundo período republicano, em 28 de agosto de 1946 com a assinatura do Decreto nº 515, o nome da instituição sofreu alteração para Instituto Paraense de Educação, e em 24 de janeiro de 1947, após decreto Nº 736, a escola muda definitivamente de nome para Instituto de Educação do Pará. Atualmente, a escola mantém o estilo neoclássico de seu prédio, embora seu interior já tenha sido muito alterado, é denominado Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP).

## **De Instituto Paraense de Educandos Artífices a Instituto Lauro Sodré**

O embrião de um instituto de ensino teórico e prático na capital da Província do Grão Pará surgiu ainda no Império como idealização do Dr. João Alfredo Correa de Oliveira, presidente da província entre os anos de 1870 e 1871. A autorização para executar a recomendação foi concedida na gestão sucessora, administrada pelo Dr. Abel Graça, e que “apesar dos esforços empregados pelo presidente o instituto só pode funcionar em 1872, adquirindo-se para tal fim uma chácara do Comendador Pimenta Bueno, situada na Estrada de Nazareth” (Belém, 1902). O Instituto Paraense de Educandos Artífices, criado para conferir educação teórica e prática para meninos em situação de extrema pobreza, realizou inicialmente aulas primárias de letras e rudimentos em geometria prática, além do ensino profissional em marcenaria, carpintaria, funilaria, ferraria e serralheria e, anos depois, aulas de música e desenho.

A instituição destacava-se pela receita das oficinas que cobriam as despesas e geravam saldo para o governo. Em 30 de março de 1872, o governo baixava a portaria que regulamentava a instituição, regimento que passou por sucessivas alterações para adaptar-se aos obstáculos que a administração enfrentava. Como primeiro empecilho, havia a instalação do prédio que, embora estivesse bem situado, não tinha condições para conter o número crescente de educandos e oferecer o ensino técnico a que estava destinado. Como o estabelecimento em 1890 não oferecia boa organização técnica e pedagógica e tão pouco atendia às exigências de ordem doméstica e higiênica, o governador do Estado “nomeou uma comissão para organizar as bases de uma nova reforma” (Belém, 1902).

Segundo o Diretor da Instrução José Veríssimo, o local não cumpria mais com a sua finalidade, na medida que, tal como estava, o Instituto fazia “como dizem os franceses, duplo emprego, sem perfeitamente corresponder a nenhum deles. Nem é um estabelecimento industrial, nem uma escola.” (VERÍSSIMO, José. op. cit., p. 153). No entanto, a instituição se encontrava em seu ápice de desenvolvimento, a tal ponto de ser denominada de “Pequena Paris”, devido à sua exitosa produtividade.

Nesse contexto pela Lei nº 90, de 17 de março de 1893, foi autorizado o governo a rever o regulamento do Instituto, reformá-lo e a mandar construir um prédio que atendesse a capacidade de 300 alunos. Pelo decreto de 27 de março de 1894, o governo reformou o instituto, ampliando os estudos teóricos e profissionais, e em seguida, iniciaram-se as obras do novo edifício, localizado no Marco da Légua, na então Avenida Tito Franco, hoje denominada de Avenida Almirante Barroso. No governo de Paes de Carvalho, por meio do decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, o Instituto Paraense de Educandos Artífices passa a se chamar Instituto Lauro Sodré em homenagem ao seu antecessor. As obras foram concluídas em 1899, quando o instituto passou a funcionar no novo local, no governo de Paes de Carvalho.

O novo edifício possuía 93 metros de frente por 88 metros de largura e dois andares. No pavimento térreo, encontravam-se as salas de aulas, os pátios de recreação, o refeitório, a enfermaria e a copa/cozinha. Já no pavimento superior, localizavam-se os dormitórios dos alunos e da inspeção, a rouparia, a residência do diretor e a biblioteca. Os espaçosos recreios amplos e divididos por faixa etária e possuíam equipamentos para realização de atividade física e higienização.

A localização dos pátios em torno do Prédio principal tinha a finalidade de proporcionar ventilação e iluminação para o interior das instalações através dos numerosos janelões de vidro e madeira em torno de toda edificação e otimizado pelo alto pé-direito de aproximadamente 6 metros de altura. Além de novas instalações, o Instituto passou a oferecer o ensino agrícola, a partir do Decreto 726 de 12 de julho de 1899, e possuiu seu Regimento alterado pelo então governador Augusto Montenegro, justificando-se na economia para o tesouro e em vantagens para o ensino, a partir do Decreto 986 de 26 de março de 1901.

O instituto instruiu o ensino primário acompanhado da formação para ofícios como carpina, ferreiro, caldeireiro, sapateiro, estucador e pintor de casas, tipógrafo, impressor, encadernador, litógrafo, ouvires, funileiro e alfaiate. Tudo o que era produzido na instituição era utilizado pelos alunos ou vendido ao governo para ser utilizado em outras instituições, fato que fez com que o Instituto Lauro Sodré ganhasse destaque entre outras tantas instituições.

A construção do edifício para funcionamento do Instituto Lauro Sodré ocorreu durante o auge das construções escolares no Pará e no apogeu econômico da borracha na região. Desta forma, recebeu alto investimento para tornar-se uma instituição de ensino

a partir da ideologia republicana. A arquitetura do novo prédio tornou-se o produto de inúmeras demandas por espaço apropriado para atender à crescente quantidade de alunos, assegurando as devidas prescrições sanitárias e condições para ensino teórico e prático aos educandos e materializou a ideologia positivista e higienista republicana. Atualmente, o prédio faz parte do conjunto arquitetônico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada como parte do projeto de extensão financiado pela Universidade Federal do Pará é uma contribuição significativa para a preservação da história e do patrimônio educacional no estado. A identificação e coleta de fontes documentais foi um passo fundamental para reconstruir a história das instituições educativas paraenses. O acesso a documentos históricos, leis, decretos e relatórios permitiu uma compreensão mais profunda da trajetória dessas escolas ao longo do tempo.

A história das instituições educativas paraenses reflete não apenas a evolução do ensino na região, mas também os desafios enfrentados ao longo dos séculos. A documentação marca as transformações passadas por estas instituições, refletindo os contextos políticos, sociais e econômicos de cada época, seja na renomeação de uma instituição ou em suas reformas e até mesmo sua própria criação.

O Recolhimento de Educandas, por exemplo, fundado em 1804, foi o embrião de uma trajetória marcada por precariedades e desafios estruturais, em que as fontes de sua história marcam a transição desta instituição para o Colégio Gentil Bittencourt, décadas de reformas e mudanças. Mudanças que são refletidas não apenas em nomenclaturas, mas em ideais que imanavam da sociedade e que entremeavam os muros de instituições que atravessaram séculos de mudanças sociais, políticas e econômicas, que se adaptaram até a contemporaneidade.

Em suma, essas instituições desempenharam um papel fundamental na formação da sociedade paraense e deixaram um legado duradouro no campo da educação, cruciais na construção da identidade educacional paraense. Suas histórias refletem não apenas a evolução do sistema de ensino, mas também os valores e ideais que permearam a sociedade paraense ao longo dos anos. Ao fornecer informações sobre a origem e evolução dessas instituições, a pesquisa visa fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade em relação a esses ambientes educacionais. Compreendemos que, o conhecimento da história das instituições educacionais é essencial para promover a conservação desses patrimônios.

## REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, M. R.; VITAR, A. Caminhos da inovação: as políticas e as escolas. In: VITAR, Ana; ZIBAS, Dagmar; FERRETTI, Celso; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. (Org.). **Gestão de inovações no ensino médio**: Argentina, Brasil, Espanha. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

ARAÚJO, I. H. T. F.; ROCHA, G. O. R.. De “nocivo à educação geral” à “templo do saber”: as transformações no gymnasio paes de carvalho na primeira república. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 69, p. 52-75, 2016.

AZEVEDO, C. B.; AMORIM H. S.; SANTOS, R. M. Princípios Higienistas e a Escola para a república: Um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 39, nº 73 - jan./jun. 2017.

AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

BENCOSTTA, M. L.; ERMEL, T. F. Escola graduada e arquitetura escolar no Paraná e Rio Grande do Sul. **Revista História da Educação**, 2019, v. 23: e83527

BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). **Album de Belém**: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il.

CASTRO, J. M; REGATTIERI, M (orgs.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

COSTA, L. T.; FRAIHA, S. M. Colégio Gentil Bittencourt: histórias em perspectivas de um potente museu de educação, em Belém do Pará, Amazônia, Brasil Colégio Gentil Bittencourt. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Vol. 9, nº17, Jan./ Jul. de 2020.

COSTA, R. C. F. “**Nós, os educandos artífices paraenses**”: perfil e trajetória dos aprendizes do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872-1905). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal no Pará (UFPA), Belém, 2021.

CURY, C. R. J. **Os desafios da construção de um Sistema Nacional de Educação**. Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010. Reflexões sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação. Brasília: INEP, 2009.

FRANÇA, M. P. S. G.. S. A. **José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana**: Raízes da renovação escolar conservadora. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Fortaleza, 2004.

GASPAR, E. S.; BORGES, G. F. L.; CHAQUIAM, M. liceu Paraense: berço cultural na amazônia. **Revista Traços**, v. 12, n. 25, p. 149-169, 2010.

GUTIERRES, D. V. G. **A Escola Normal do Pará na perspectiva da cultura escolar (1890-1926)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2021.

JÚNIOR, R. W. T. **Um viveiro de mestres**: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

JUNIOR, R. W. T; SOUZA, F. G. P. A escola diante da cidade: representações utilizadas pela escola normal de Belém do Pará (1890-1920) como mecanismo de legitimação. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 62, p. 157-166, 2015.

LOBATO, V. S. **O Instituto Estadual de Educação do Pará-IEEP na memória de alunas e professoras (1940-1970)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2010.

MOACYR, P. **A instrução e o Império (subsídios para a história da educação no Brasil) 1850-1887**. v. 2. Reformas do Ensino. São Paulo: Nacional, 1937. (Série 5. Brasileira, v. 87).

NETO, J. M. Ba. O cotidiano mais do que perfeito: instrução e sociabilidades femininas sob vigília no recolhimento das educandas (Belém-Grão-Pará, 1840). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 62, p. 98-120, 2015.

OLIVEIRA, B. F. Colégio Estadual Paes de Carvalho: registros sobre a presença negra na educação escolar paraense (1931-1942). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 62, p. 198-209, 2015.

PARÁ. Álbum de Belém. Belém, 1902. Disponível em: [https://get.google.com/albumarchive/11202674027773983639/album/af1qjpmugwh43vdgq\\_swzzgm2\\_hmke7cbyyilgijwn5/af1qjpp0f2eh8vsuxva0roqkl5dyhjhcfrmkuh5vpffq0?source=pwa](https://get.google.com/albumarchive/11202674027773983639/album/af1qjpmugwh43vdgq_swzzgm2_hmke7cbyyilgijwn5/af1qjpp0f2eh8vsuxva0roqkl5dyhjhcfrmkuh5vpffq0?source=pwa)

PARÁ. **Decreto nº 29 de 04 de Fevereiro de 1890**. Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará, Arquivo Público do Pará.

PARÁ. **Lei n. 97, de 28 de junho de 1841**. Collecção das leis da Província do Grão-Pará 1839-1889. Arquivo Público do Estado do Pará.

PARÁ. **Lei n. 757 de 19 de dezembro de 1872**. Collecção das leis da Província do Grão-Pará. 1839-1889. Arquivo Público do Estado do Pará.

PARÁ. **Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré para o Congresso do Estado do Pará em 1º de Fevereiro de 1893**. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

PARÁ. **Lei n. 97, de 28 de junho de 1841**. Coleção das leis da Província do Grão-Pará 1839-1889. Arquivo Público do Estado do Pará.

PARÁ. **Administração do Dr. Lauro Sodré**. Pará: Diário Oficial, 1897a. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

PARÁ. **Decreto nº 414 de Fevereiro de 1897**. 1897b. Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará, Arquivo Público do Pará.

PARÁ. **Lei nº 86 de Fevereiro de 1893**. Auctorisa o Governador do Estado a mandar levantar as edificações necessárias para a remoção do Collegio do Amparo. Coleção de Leis e Decretos do Estado do Pará, Arquivo Público do Pará.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1905 ao Palácio do Governo do Estado**. Pará: Diário Oficial, 1905. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

PARÁ. **Monographia do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1904.

PARÁ. Álbum do Estado do Pará (1901-1909). Oito anos de governo. Mandado organizar pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do estado. Paris: Choponet, 1908.

PINHEIRO, W. C.; ALVES, L. M. S. A.; COSTA, L. D. Assistência e educação da infância pobre nas instituições educativas do Pará nos séculos XIX e XX. **Revista Cocar**, v. 12, n. 24, p. 343-371, 2018.

SILVA, T. H. C; CASTRO, C. A. O ensino secundário no estado do Pará na Segunda República (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VERÍSSIMO, J. **A Instrução Pública do Estado do Pará**: Relatório de 1890. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Justo Chermont. Pará: Diretoria Geral de Instrução Publica, Belém: Typ. De Tavares Cardoso, 1891.

VIANNA, A. **O Instituto Gentil Bittencourt**: o esboço histórico. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1906. Obras Raras. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, v. 23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.